

**RECLAMAÇÃO Nº 36.952 - MG (2018/0316551-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECLAMANTE** : **LUCIANO FRANCISCO PIRES**  
**ADVOGADO** : **DANIEL CARLOS FERREIRA - MG153583**  
**RECLAMADO** : **TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**INTERES.** : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**

**DESPACHO**

Nos autos da presente reclamação foi proferida a seguinte decisão (e-STJ fl. 50/51), com trânsito em julgado em 14/2/2019 (e-STJ fl. 56):

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, proposta contra decisão da TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O reclamante sustenta violação do art. 6º, VIII, do CDC, pois (e-STJ fl. 8):

(...) o CDC trata da inversão do ônus da prova em caso de vulnerabilidade e hipossuficiência; produzir prova negativa é impossível e tanto na sentença a quo quanto no Acórdão Ad quem foi essa a decisão: que o Reclamante deveria produzir tal prova negativa, ou seja, que possui contrato com a Reclamada e que não possui os débitos cobrados e negativados por ela, apresentando os comprovantes de pagamento!

Requer liminarmente a suspensão do processo na origem e, no mérito, a procedência da presente reclamação.

É o breve relatório.

Decido.

A Resolução-STJ n. 3/2016 foi editada a partir de entendimento firmado pela CORTE ESPECIAL nos autos de Questão de Ordem no AgRg na Rcl n. 18.506/SP, relatada pelo em. Ministro RAUL ARAÚJO nos seguintes termos:

Após o voto deste Ministro Relator negando provimento ao agravo regimental, na sessão desta Corte Especial do dia 04/11/2015, pediu vista antecipada o ilustre Ministro Luis Felipe Salomão. Na sessão de 03/02/2016, o digno Ministro levantou questão de ordem, reconhecendo a nulidade da Resolução n. 12/2009 e, por conseguinte, sustentando sua inaplicabilidade a partir daquela data, "*ressalvando os atos que já foram praticados com base nela, não mais se admitindo nesta Corte as reclamações oriundas do sistema de Juizados Especiais*".

Em seguida, pediu vista o nobre Ministro Felix Fischer, que, na sessão de 02/03/2016, acompanhou o voto do digno Ministro Luis Felipe Salomão, tendo pedido vista antecipada a douta Ministra Nancy Andrighi.

Na sessão de 06/04/2016, a ilustre Ministra Nancy Andrighi apresentou voto-vista, julgando prejudicado o agravo regimental, e apresentando proposta de resolução sobre a competência para processamento e julgamento, em caráter excepcional, de reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e a jurisprudência desta Corte.

Naquela ocasião, a douta Ministra Nancy Andrighi recordou que a Emenda Regimental nº 22, de 16/03/2016, havia revogado a Resolução n. 12, que tratava da tramitação da reclamação das questões relativas à divergência e à competência dos Juizados Especiais, destacando a necessidade de a Corte fazer a análise dessas questões, à luz das alterações do Código de Processo Civil, e da já referida Emenda Regimental nº 22.

Propôs, assim, uma nova resolução, sobre delegação da competência ao

órgão especial, ou ao órgão correspondente dos Tribunais de Justiça, para processamento e julgamento, em caráter excepcional, de reclamações destinadas a dirimir divergências entre o acórdão prolatado por uma Turma Recursal Estadual e a jurisprudência desta Corte.

Das notas taquigráficas da sessão de 06/04/2016, transcreve-se o seguinte trecho das palavras proferidas pela nobre Ministra Nancy Andrighi: (...)

**Seguiu-se profícuo e enriquecedor debate acerca dos termos da resolução proposta, tendo a Corte chegado a um consenso sobre a questão, do qual decorreu a retificação de voto do Sr. Ministro Luis Felipe Salomão e deste Ministro Relator, decidindo esta eg. Corte Especial, por unanimidade, em questão de ordem, aprovar a proposta de resolução sobre a delegação da competência às Câmaras Reunidas ou Seção Especializada dos Tribunais de Justiça, para processamento e julgamento, em caráter excepcional, até a criação das Turmas de Uniformização, de Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte.**

O respectivo acórdão encontra-se assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. JUIZADOS ESPECIAIS. RESOLUÇÃO N. 12/2009-STJ. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. PREJUDICADO. POSTERIOR ADVENTO DA EMENDA REGIMENTAL 22/2016-STJ REVOGANDO A RESOLUÇÃO N. 12/2009-STJ. DELIBERAÇÃO DE EDIÇÃO DE NOVA RESOLUÇÃO SOBRE A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR DIVERGÊNCIAS ENTRE TURMA REGIONAL ESTADUAL E A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO PREJUDICADO.

1. Com o advento da Emenda Regimental nº 22-STJ, de 16/03/2016, ficou revogada a Resolução n. 12/2009-STJ, que dispunha sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte.

2. Com isso, fica prejudicado o incidente de inconstitucionalidade que ataca a Resolução n. 12/2009-STJ.

3. A matéria passará a ser tratada por nova resolução, editada à luz do novo Código de Processo Civil, nos termos debatidos pela Corte Especial.

4. Agravo regimental prejudicado.

(AgRg na Rcl n. 18.506/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 6/4/2016, DJe 27/5/2016.)

A Resolução n. 12/2009 foi tacitamente revogada pela Resolução n. 3/2016, que atribuiu às câmaras reunidas ou às seções especializadas, dos respectivos tribunais de justiça, a competência para processar e julgar, em caráter excepcional, até a criação das turmas de uniformização, as reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO da presente reclamação e determino a remessa do feito para o Tribunal de Justiça de origem.

Publique-se e intímem-se. (Grifo.)

Diante do exposto, determino que o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS cumpra a decisão de fls. 50/51 (e-STJ).

Publique-se e intímem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator